



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata

Ata 47ª Reunião Ordinária

Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais

47ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais

Súmula – Síntese dos encaminhamentos

Aos 15 de junho de dois mil e vinte três, após verificação de quórum em primeira chamada, às 09h40 iniciou-se a 47ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais, que ocorreu de forma presencial no Arquivo Público Mineiro, com a presença verificada de 27 membros titulares e suplentes no exercício da titularidade, além de quatro suplentes:

Ana Lúcia Pereira José
Andre Luiz Ferreira - titular
Andressa Gonçalves - titular
Antônio Diniz - titular
Aryanne Ribeiro - titular
Charles Lima - titular
Daiany Sarmento - titular
Danilo Batista - titular
Darupü'üna tikuna – Roseane Tomaz do Carmo - titular
Eduardo Silveira - titular
Elzelina Santos - titular
Josiany Vieira Souza - titular
Giovanna Penido - titular
Leônidas Oliveira - titular
Marcela Bertelli - titular
Rita de Cássia Loureiro Trindade – Titular
Sérgio Rodrigo Reis - titular
Thaynã Paes - titular
Thiago Tomaz Chaveiro - titular
Wenderson Godoi - titular
Xisto Costa - titular
Cintia Freire - suplente no exercício da titularidade
Cristiane Tolentino Machado - suplente no exercício da titularidade
João Michel Ferreira - suplente
José Oliveira Junior - suplente
Jussara Bastos - suplente
Sula Mavrudis - suplente

Além dos conselheiros presentes participavam da reunião, técnicos da Secult e convidados, sendo eles:

Ana Cristina Pontes

Milena Pedrosa

Maristela Rangel
Janaina Amaral
Lucas Amorim
Cleide Fernandes
Dagmar Correia
Luciana Borges
Franklin Drumond
Aline Cântia
Vinicius Moreira
Mariana Botelho
Damiana Campos
Elvis de Andrade
Ana Luisa Guedes
Jean Sérgio Oliveira Gomes
Ilton Cesar Dias
Jade Cesario Alvim

Os pontos de pauta foram:

- Votação de decisões ad referendum;
- Balanço escutas Lei Paulo Gustavo;
- Balanço do Lançamento do Minas Literária;
- Balanço sobre realização do COSUD;
- Referendo do parecer com recomendações sobre a comunidade do Bação;
- Explicação sobre relatório de atuação dos conselheiros;
- Alterações nos prazos do processo eleitoral do Consec;
- Assuntos Gerais

O secretário Leônidas inicia a reunião abordando o encaminhamento de questões da Secult, falou de suas viagens pelo interior e que observou que a desigualdade ainda é muito profunda, falou da necessidade de acionar a Seplag para verificar a possibilidade de ceder imóveis ociosos para atividades culturais. JJ reforçou a fala sobre desigualdades do Estado e de como a LPG teria como alcançar os municípios mais distantes.

Deu-se início a posse do Comitê Gestor Cultura Viva. Houve apresentação de Aline Cântia e José Antônio logo em seguida. O secretário ressaltou a importância da formação desse comitê, lê a lista dos novos empossados e os parabeniza e dá seus votos de sucesso para os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê.

(AR) solicita a exibição de um vídeo durante a reunião e fala que é do Instituto Gesto, sobre projeto que passou por mais de 20 cidades de Minas Gerais, levando ações de iniciativas do audiovisual. Destacou que o projeto teve a parceria da Cemig.

(LO) retoma a palavra e relata o que foi discutido no Cosud – Consórcio de Integração Sul e Sudeste, a respeito da implantação do observatório da Cultura em cada Estado integrante com objetivo de trocar informações, fortalecer a economia criativa e as leis de fomento.

Em seguida JJ relatou os próximos tópicos da reunião e passou as votações de Ad referendun, decisões tomadas e assinadas pelo secretário e que precisavam de validação pela plenária.

Ad referendun 1

Escolha de Andressa Iza (titular) e Thaynã Paes (suplente) no comitê gestor da Política Estadual de Cultura Viva. Aprovado com 1 abstenção (JJ)

Ad referendun 2:

Escolha de Daru Tikuna (titular) e Hilário Franco (suplente) no comitê dos povos indígenas. (AU)

Ad referendun 3:

Validação da indicação de Werlen Fonseca – Nino Aras como suplente da cadeira do artesanato. (AU)

Passou-se a leitura do balanço das escutas da LPG, e SM pede para registrar que busca levar aos gestores dos municípios do interior esclarecimento da atuação do circo e da movimentação econômica que produz pela sua circulação. Falou da dificuldade do circense conseguir alvará de funcionamento nos municípios e que o prejudicado é o cidadão que fica sem o acesso à cultura do circo. JJ solicitou a 3 conselheiros que relatassem a respeito das experiências em suas subcomissões.

(GP) fez seu relato sobre sua experiência relativa as escutas da Lei Paulo Gustavo e considera que foram profundamente emotivas e enriquecedoras. (AD) falou sobre sua participação nas escutas da Lei Paulo Gustavo e considera que foi muito importante ouvir o posicionamento de outras cadeiras, que é uma construção muito produtiva, que é preciso que ela seja coletiva. (WG) foi o próximo a fazer seu relato sobre as escutas da Lei Paulo Gustavo e falou sobre a importância de trazer para essa reunião do Consec a percepção de em algumas das reuniões de que participou, sobretudo em grupos do interior do Estado, que foi a preocupação muito grande, que se refere ao registro do audiovisual. Considera que está havendo um discurso por parte dos representantes do audiovisual, que afasta os participantes de outras áreas, de um entendimento de que a Lei Paulo Gustavo é exclusiva para o audiovisual. Disse que é importante ter em mente de que apesar de 70% dos recursos da LPG serem direcionados ao audiovisual é preciso enxergar a cultura como um todo. Entende que da Lei Aldir Blanc para cá foi impossível realizar os projetos sem o suporte do audiovisual e isso permanece. Falou que há um grande acervo audiovisual em poder das comunidades, que estão em formato que necessitam de suporte para serem preservados. Assim como há acervo da dança e de outros tipos de espetáculos. Acha importante que essa discussão seja trazida para o âmbito do Consec.

(AR) se referiu à fala de WG e disse que desde o início da LPG, junto com a conselheira MM se pronunciaram para que houvesse o entendimento de que a LPG não terá recursos exclusivamente para o audiovisual, que abriram o diálogo, chamaram os conselheiros e propuseram uma interlocução/interface entre os setores para que a LPG seja mais ampla e democrática possível.

(TP) pontuou que em relação à fala de WG não se refere ao Consec, que essa questão é relativa a outros municípios, que é um problema que afasta tanto a sociedade civil quanto os gestores. Questionou se todo esse processo de escuta da Lei, desde a audiência da ALMG, está gerando algum parecer, se está sendo documentado para além do registro audiovisual da reunião. Colocou que gostaria muito que o secretário de cultura ainda estivesse presente à reunião, assim como a adjunta MP.

(JJ) respondeu a TP que todas as escutas estão sendo compiladas, que estão sendo reunidas por segmento. Solicitou que todos os conselheiros e colegas dos pontos de cultura acessem o canal da Secult e possam ouvir as considerações dos 2 (dois) puxadores de quadrilha e ouvir o interior do interior.

(MB) saudou a todos os presentes, os colegas dos pontos de cultura e colocou que considera que a participação social não é algo habitual e que esse caminho que está sendo feito junto, de muitas tentativas, muito desejo para que as pessoas participem, para que construam, tenham acesso. Participação popular, participação social é um processo educativo que precisa paciência, tempo e perseverança, muita consistência e muita coerência do caminho que está sendo feito. Entende que a convergência do pessoal do audiovisual com o pessoal da música na comissão estratégica da LPG foi de um auxílio imenso. Considera

que os membros do audiovisual que estão participação dessa comissão estratégica foram de uma generosidade imensa, pois o audiovisual é um setor amplo, de muitas linguagens, muitas formas de se fazer. Aconselha que o pessoal do audiovisual sejam convidados pelos demais setores para esclarecer dúvidas, ajudar as pessoas a alcançar o que desejam.

Em seguida passou-se a pauta do Minas Literária, apresentada pelo diretor de biblioteca, Lucas Amorim, que cumprimentou os presentes e falou sobre o programa Minas Literária, o Suplemento Literário e a Rede de Bibliotecas, entre outros projetos. Falou ainda sobre os 70 anos da Biblioteca Pública, a serem comemorados em 2024 e que terá como tema “Carolina Maria de Jesus”, escritora mineira da cidade de Sacramento.

(XS) cobrou o relançamento do Cena Minas, que beneficia grupos de circo, teatro e dança, espaços, circulação e pediu que fique registrado em ata.

(MP) iniciou o assunto do FEC e os lançamentos para 2024, SM falou das características do circo e que têm dificuldades com comprovantes de endereço. JJ respondeu que não haveria cobrança disso aos circenses e que a questão já estaria resolvida com a procuradoria jurídica da Secult.

(TP) falou que iria conversar com a Superintendente JA, relativamente ao FEC, porque houve um decreto por parte do governo federal que traz o entendimento para diversos assuntos relacionados ao fomento. Ele quer saber como esse decreto de fomento pode ser utilizado pelo Estado. Acredita que é preciso que o Estado faça uma regulamentação com base nesse decreto de fomento. JJ pediu a palavra e afirmou que gostaria de deixar registrado pela terceira vez a fala sobre o Programa de Mobilidade Artística do Estado de Minas Gerais, disse que há 2 (dois) planos de mobilidade: o plano de mobilidade para artistas e grupos artísticos e o plano de mobilidade para grupos de tradições e expressão popular e que isto está garantido. E que esse problema será resolvido com base em uma recomendação internacional que obriga o estados-membros a facilitarem a mobilidade artística.

(TP) afirmou que é muito bom que esteja no Plano essa reivindicação de mobilidade. Pontuou que para que se torne realidade é preciso investimento e aproveitou para colocar que o recurso do FEC é R\$ 17.000.000,00 (dezesete milhões) é menor que o fundo da cidade de Belo Horizonte e que isso não daria para fazer o que está no Plano e continuaria a se investir menos que em municípios.

(MP) argumentou ao TP sobre sua presença na reunião no dia anterior e a entrega do Plano para os deputados da ALMG, plano que contou com a colaboração dos conselheiros, onde consta o Programa Minas Criativa e que os deputados se comprometeram de que o Plano iria ser discutido com a sociedade e que iriam buscar garantir orçamento para sua execução. Pontuou que na verdade os recursos do FEC são maiores, mas que precisam ser destravados. Passando a pauta, JJ solicitou à servidora Cleide, da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, que falasse sobre o que é “se descrever” para alcançar o público da acessibilidade. Pediu a todos que ficassem atentos ao que ela iria falar. A servidora Cleide passou então a demonstrar sobre como se descrever, quais os termos devem ser utilizados. Disse que é importante que em “lives” as pessoas descrevam o que está em tela. Fez referência à conselheira (LV), que considera como uma pessoa com excelente entendimento de acessibilidade. Que é importante refletir sobre como as nossas leis e os nossos projetos estão incluindo as pessoas. Complementando sua fala a servidora Cleide pontuou que não há necessidade de mais legislação e sim de que as que existem sejam implementadas e respeitadas.

Em seguida, passou-se ao parecer da Comunidade do Bação que já havia sido apresentado em reunião anterior e foi colocado em votação. AD se pronunciou a respeito do parecer da comunidade do Bação, considerando que ele foi quem apresentou o sr. Mauro, morador da comunidade. O conselheiro fez um breve resumo da trajetória da construção do parecer e sobre seus encaminhamentos. Disse que esses encaminhamentos precisam ser bem definidos e enviados para Casa Legislativa, Câmara de Vereadores de Itabirito, Casa de Cultura de Itabirito com o pedido do registro em ata. A votação transcorreu com aprovação unânime e JJ falou que o parecer do conselheiro (CA) é absolutamente claro sobre todos os encaminhamentos. TA solicitou a palavra para agradecer à comunidade do Bação, que contribuiu ativamente para a construção do parecer.

Daí se passou às eleições do conselho, com (JJ) informando que a previsão que o processo eleitoral termine com a designação dos novos conselheiros no mês de agosto. O Edital precisa ser aprovado em reunião do

Conselho, conforme a legislação. Será convocado uma reunião extraordinária para votar o texto do edital. Reafirmou que a previsão é ter a designação dos novos conselheiros, no mais tardar, no final do mês de agosto. (XS) colocou que considera que é muito importante saber como ficará o processo eleitoral junto com as comissões da lei Paulo Gustavo; MP afirmou que é possível que os processos sejam feitos simultaneamente.

(ES), representante da SEF, informou aos colegas do Conselho sobre o projeto de lei do Descentra Cultura, que está na Secretaria de Fazenda. Já houve uma análise preliminar e não haverá embaraço por parte da Fazenda. Do ponto de vista da Secretaria da Fazenda ele está adequado. Solicitou uma reunião com representantes da Cultura para esclarecimento de alguns pontos.

(TP) fez alguns apontamentos: em relação à LPG, disse que poucos municípios, até o momento, fizeram planos de ação, o que requer um plano de mobilização grande. Solicita que qualquer mobilização para a Lei Paulo Gustavo feita por parte da Secult inclua um ou dois conselheiros, que a sociedade civil esteja incluída nas mobilizações. MP respondeu que em conversa com AR disse que é preciso mobilizar outros setores como a AMM (Associação Mineira de Municípios), o Sebrae. Disse que espera que até a semana que vem haja uma grande mobilização por parte do poder público e da sociedade civil. A ideia é que as 3 (três) regionais da Rede de Gestores de Cultura e Turismo, os Pontos de Cultura participem da mobilização. Acha que deve ser feito um grande evento virtual abordando a LPG. AR disse que no dia anterior teve uma longa conversa com o secretário Leônidas e falaram sobre a possibilidade de se acionar a Fecitur, que a ideia é que seja feita uma força-tarefa na semana que vem e com isso ampliar o número de municípios participantes da Lei Paulo Gustavo.

(TP) apontou que uma outra questão sobre os funcionários da Secult, a questão do diretor(a) de prestação de contas, que não se está pedindo para se criar um cargo novo, já existe o cargo, reconhece que há uma grande carga de trabalho por parte da JaS e JJ. Tem também a questão do problema das transmissões ao vivo das reuniões, que foram solicitadas inúmeras vezes.

(WG) colocou a questão de que já havia sido aprovado que não haveriam mais reuniões só de meio período e que havia uma lista de questões que não puderam ser colocadas. Falou sobre as reuniões itinerantes, que considera muito importante que o Consec vá ao interior do Estado e poder reconhecer a realidade daquele lugar e citou a experiência da cidade de Ipatinga. MP respondeu que acha que há grande possibilidade de que sejam retomadas as reuniões itinerantes e lembrou que Belo Horizonte facilita no sentido de juntar mais pessoas e acredita que para o final do ano será possível ter essa perspectiva do retorno das reuniões itinerantes e acrescentou que a questão das reuniões itinerantes está no novo regulamento e a partir disso será colocada a avaliação orçamentária para que elas possam ser feitas.

(AR) pontuou e pediu registro de três questões que não foram abordadas: Agenda com as empresas públicas, calendário dos editais do FEC e Conferência Nacional de Cultura. JaS falou sobre o calendário dos editais do FEC e sobre o PL Descentra. MP informou que até o momento só a data da conferência nacional foi colocada, que é no mês de dezembro e que a Secult está aguardando a confirmação. Solicitou à superintendente Janaína que procure saber se chegou algo do Ministério em relação ao calendário da conferência nacional. AP esclareceu sobre o processo das conferências nas diversas instâncias.

No encerramento da reunião houve a posse do comitê gestor da Política Estadual de Cultura Viva, conforme programado. Houve diversas falas dos representantes da Rede Mineira de Pontos de Cultura, festejando, enfim, a posse e o início dos trabalhos do comitê gestor.

Tomaram posse, pela sociedade civil, indicados pelo Fórum Estadual dos Pontos de Cultura:

- a. Damiana de Souza Campos (titular);
- b. Aline Cantia Correa Miguel (suplente);
- c. Vinícius André Diniz Moreira (titular);
- d. José Antonio Vicente (suplente);

- e. Franklin Drummond (titular);
- f. Elvis Alencar de Andrade (suplente).

Pela sociedade civil, indicados pelo Consec:

- a. Andressa Iza Gonçalves (titular);
- b. Thaynã Fernandes Paes (suplente).

Tomaram posse, ainda, como representantes Estado:

- a. Matheus Ferreira Lima Rufino (titular);
- b. Flávia Cristina Moreira de Assis (suplente);
- c. Lucas Henrique de Almeida Amorim (titular);
- d. Cleide Fernandes (suplente);
- e. Ana Luísa de Avelar Guedes (titular);
- f. Janaína de Amaral Pereira Silva (suplente);
- g. José Oliveira Junior (titular);
- h. Jean Sérgio Gomes de Oliveira (suplente).

Nada mais havendo a ser tratado, a 47ª Reunião Ordinária do Consec foi encerrada às 18h51 pela vice-presidente, Aryanne Ribeiro, e está fielmente descrita nesta ata lavrada por mim, Aryanne Ribeiro, e pelo suplente no exercício da titularidade, José Oliveira Junior, assinada digitalmente e validada por todos os conselheiros presentes à ocasião.

Em tempo: informamos que os comentários não transcritos nesta Súmula se encontram registrados em gravação integral disponibilizada no site da Secult.

- **(TP)** Thaynã Paes
- **(JR)** José Ricardo
- **(LV)** Laís Vitral
- **(DD)** Daiany
- **(JM)** João Michel
- **(AI)** Andressa
- **(JeR)** Jefferson Rios
- **(XS)** Xisto Siman
- **(SM)** Sula Mavrudis
- **(Jos)** Josiany vieira
- **(DB)** Danilo Batista
- **(WA)** Wallace Armani
- **(RL)** Rita Loureiro
- **(EG)** Emmano Garcia
- **(MA)** Maria Agripina
- **(DT)** Darupü'üna tikuna
- **(HC)** Hilário Corrêa
- **(CC)** Carola Castro

- **(WG) Wenderson Godoy**
- **(JB) Jussara Braga**
- **(GP) Giovanna Penido**
- **(AR) Aryanne Ribeiro**
- **(MM) Mariana Mol**
- **(MB) Marcela Bertelli**
- **(LM) Lucas Mortimer**
- **(AD) Antonio Diniz**
- **(AF) Andreia Freitas**
- **(GPa) Giovani de Paula**
- **(CA) Tcharles Avner**
- **(AC) Ana Cristina Pontes**
- **(JJ) José Junior**
- **(ES) Eduardo Silveira**
- **(FM) Fernando Mencarelli**
- **(ML) Moacyr Laterza**
- **(AD) Arthur Duarte**
- **(CM) Clever Machado**
- **(TT) Thiago Tomaz**
- **(ED) Euzelina Dóris**
- **(JS) Janaína Silva**
- **(IA) Igor Arci**
- **(LO) Leônidas Oliveira**
- **(MP) Milena Pedrosa**
- **(AL) André Luiz**

Escutas

Processo eleitoral

As discussões acerca da validade ou não da recondução deram novo perfil ao calendário, pois interromperam imediatamente as ações da comissão eleitoral;

Resolvidos conforme orientação do jurídico durante a XX RE, retomamos os processos e será dada continuidade;

Previsão que o processo eleitoral termine, com a designação dos novos conselheiros no mês de agosto;

Solução de prorrogação extraordinária, como aconteceu em 2021 também, até o final do processo eleitoral para não ficar um hiato de tempo sem conselho;

Prazos serão comunicados assim que o processo retornar do jurídico;

O edital com as regras do processo eleitoral, pós ASSJUR, precisa ser aprovado em reunião do conselho, como estabelece a legislação em vigor.

Comitê gestor PECV

Sociedade civil, indicados pelo Fórum Estadual dos Pontos de Cultura:

Damiana de Souza Campos (titular);

Aline Cantia Correa Miguel (suplente);

Vinícius André Diniz Moreira (titular);

José Antonio Vicente (suplente);

Franklin Drummond (titular);

Elvis Alencar de Andrade (suplente).

Sociedade civil, indicados pelo Consec:

Andressa Iza Gonçalves (titular);
Thaynã Fernandes Paes (suplente).

Comitê gestor PECV

Representantes Estado:

Matheus Ferreira Lima Rufino (titular);
Flávia Cristina Moreira de Assis (suplente);
Lucas Henrique de Almeida Amorim (titular);
Cleide Fernandes (suplente);
Ana Luísa de Avelar Guedes (titular);
Janaína de Amaral Pereira Silva (suplente);
José Oliveira Junior (titular);
Jean Sérgio Gomes de Oliveira (suplente).

Sociedade civil:

(TP) Thaynã Paes
(JR) José Ricardo
(LV) Laís Vitral
(DD) Daiany
(JM) João Michel
(AI) Andressa
(JeR) Jefferson Rios
(XS) Xisto Siman
(SM) Sula Mavrudis
(Jos) Josiany vieira
(DB) Danilo Batista
(WA) Wallace Armani
(RL) Rita Loureiro
(EG) Emmano Garcia
(MA) Maria Agripina



Documento assinado eletronicamente por **Aryanne Ribeiro, Cidadão**, em 17/04/2024, às 19:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wenderson Godoi dos Santos, Usuário Externo**, em 17/04/2024, às 19:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO CARLOS PIMENTA DINIZ, Cidadão**, em 18/04/2024, às 09:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSIANY VIEIRA DE SOUZA, Usuário Externo**, em 18/04/2024, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcela de Queiroz Bertelli, Usuário Externo**, em 18/04/2024, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Tolentino Machado, Usuário Externo**, em 18/04/2024, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andressa Iza Gonçalves, Usuário Externo**, em 18/04/2024, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **DAIANY SOARES SARMENTO, Usuário Externo**, em 18/04/2024, às 20:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Michel Daniel Ferreira, Cidadão**, em 19/04/2024, às 00:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **José de Oliveira Junior, Servidor Público**, em 19/04/2024, às 00:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **CHARLES MORAES DE LIMA, Usuário Externo**, em 19/04/2024, às 12:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sula Kyriacos Mavrudis, Cidadão**, em 22/04/2024, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jussara Braga Bastos, Usuário Externo**, em 30/04/2024, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Xisto José Pinto Costa, Usuário Externo**, em 30/04/2024, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andre Luiz Veloso Ferreira, Superintendente.**, em 30/04/2024, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elzelina Dóris dos Santos, Servidor(a) Público (a)**, em 30/04/2024, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thaynã Fernandes Araújo Paes, Cidadão**, em 30/04/2024, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cássia Loureiro Trindade, Usuário Externo**, em 30/04/2024, às 22:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Giovanna Penido Pinto Marques Paiva, Usuário Externo**, em 06/05/2024, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **81136858** e o código CRC **09BE3BD1**.

Referência: Processo nº 1410.01.0000496/2023-10

SEI nº 81136858